



Vera Mónica Ramos Batista

**As teorias explicativas sobre o crime de homicídio na decisão
judicial – uma análise comparativa entre o discurso dos
magistrados e os acórdãos**

Trabalho Realizado sob orientação da
Professora Doutora Ana Rita Conde Dias

Dezembro 2017



Vera Mónica Ramos Batista

**As teorias explicativas sobre o crime de homicídio na decisão judicial –
uma análise comparativa entre o discurso dos magistrados e os acórdãos**

Dissertação de Mestrado
Psicologia da Justiça: Vítimas de crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
14/12/2017, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^ª. Doutora Inês Martins Jongenelen
Arguente: Prof^ª. Doutora Célia Ferreira (Universidade Lusófona do Porto)
Orientadora: Prof^ª. Doutora Ana Rita Conde Dias

Dezembro 2017

Agradecimentos

A elaboração da dissertação de mestrado é um trabalho que envolve muitas inseguranças, medos e muitos percalços pelo caminho, então, a elaboração desta só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, que ajudaram na superação dos obstáculos que ao longo desta caminhada foram surgindo, a quem agradeço.

Obrigada ao corpo docente do Mestrado em Psicologia da Justiça da Universidade Lusófona do Porto por toda a partilha de conhecimentos tão enriquecedores.

À minha orientadora, professora Doutora Ana Rita Conde Dias, por ter sido também a impulsionadora da minha caminhada na área da Justiça e pelo seu apoio, incentivo e compreensão nesta etapa tão atribulada.

E um especial agradecimento aos meus pais e ao meu namorado pelo apoio incondicional.

Obrigada a todos aqueles que torceram por mim!

As teorias explicativas sobre o crime de homicídio na decisão judicial – uma análise comparativa entre o discurso dos magistrados e os acórdãos

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender se as teorias explicativas do crime, especificamente sobre o homicídio, indicadas pela literatura, estão implícitas na decisão judicial.

Incluiu 12 magistrados selecionados, de acordo com os seguintes critérios: i) a exercer funções nos tribunais judiciais de primeira instância da região Norte (por se tratarem dos tribunais onde ocorre a primeira decisão judicial); e (ii) possuir, no mínimo, 5 anos de experiência em casos de homicídio com dolo.

A inclusão dos participantes foi guiada através da análise dos resultados, introduzindo novos casos de comparação de acordo com o sexo (seis do sexo masculino e seis do sexo feminino). A entrevista semiestruturada foi realizada, com foco na tomada de decisões judiciais. Os acórdãos - amostra documental - foram antecipadamente recolhidos utilizando a palavra homicídio para pesquisa de descritor na base de dados dos acórdãos portugueses, excluindo desta recolha, os homicídios sem dolo e os acórdãos sem informação sobre a pena atribuída, referentes ao Tribunal da Relação do Porto e o Supremo Tribunal de justiça. A metodologia de análise utilizada foi a análise de conteúdo. Concluindo que os juízes referem de um modo geral todas as abordagens às teorias explicativas, dando ênfase às teorias intraindividuais, no entanto, discute-se que as referem inconscientemente e sem conhecimento específico destas.

Palavras-chave: decisão judicial; teorias explicativas; homicídio; acórdãos; entrevistas.

Explanatory theories about the crime of homicide in the judicial decision - a comparative analysis between the magistrates' speech and the judgments

Abstract

This paper aims to understand if the explanatory theories of crime, specifically about homicide, indicated in the literature, are implicit in the judicial decision.

It included 12 judges selected, in accordance with the following criteria: i) to exercise functions in the lower court courts of first instance (because they are the courts where the first judicial decision occurs); and (ii) have at least 5 years of experience in fraudulent homicide cases.

The inclusion of the participants was guided by the analysis of the results, introducing new cases of comparison according to gender (six males and six females). The semistructured interview was carried out, with a focus on making judicial decisions. The documentary sample judgments were previously collected using the word homicide for descriptor search in the database of Portuguese judgments, excluding this collection, homicides without intent and judgments without information on the sentence attributed to the Court of Appeal of Porto and the Supreme Court of Justice. The analysis methodology used was content analysis. Concluding that judges refer generally to all approaches to explanatory theories, with emphasis on intraindividual theories, however, it is argued that they refer them unconsciously and without specific knowledge of them.

Keywords: judicial decision; explanatory theories; murder; judgments; interviews.

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de tabelas.....	viii
Índice de Quadros.....	ix
Introdução.....	10
1. Enquadramento teórico.....	11
1.1 A Decisão Judicial.....	11
1.2. Homicídio.....	14
1.2.1. Teorias explicativas sobre o homicídio.....	15
2. Parte Empírica.....	17
2.1 Metodologia.....	17
2.1.1. Objetivos e questões de investigação.....	17
2.1.2. Participantes e amostra documental.....	18
2.1.3. Instrumento.....	20
2.1.4. Procedimentos.....	20
2.1.5. Metodologia de Análise.....	20
3. Resultados.....	22
Conclusão.....	37
Referências Bibliográficas.....	40

Índice de tabelas

Tabela 1 – Participantes.....	19
Tabela 2 – Amostra Documental	20
Tabela 3 – Perspectivas consideradas no discurso dos magistrados.....	23
Tabela 4 – Elementos destacados em todas as perspectivas consideradas.....	23
Tabela 5 – Agravantes e atenuantes considerados no discurso.....	26

Índice de Quadros

Quadro 1- Grelha à priori.....	21
--------------------------------	----

Introdução

Mesmo tendo a decisão judicial uma base jurídica que indica a análise das características do crime, do arguido e da vítima, não deixa de ser uma particularidade da decisão humana, envolvendo também os valores, crenças e experiência pessoal dos magistrados (Manita & Machado, 2012), bem como, a sócio-historicidade da época ((Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014, in press), em cada caso particularmente. Braman (2010), defende que se o Juiz tem a responsabilidade de tomar uma decisão, a Psicologia, tem a de estudar as características, dinâmicas e limitações da tomada de decisão legal, ajudando os magistrados a proceder a decisões mais sustentadas (Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014, in press). Neste sentido, apesar da prevalência do crime de homicídio ter vindo a decair em toda a Europa (UNDOC, 2013), este é um crime complexo, considerado o mais violento e mais grave universalmente, por isso é crucial ser estudado e conhecido profundamente, com base na investigação científica.

Neste sentido a presente dissertação pretende identificar, descrever, conhecer e refletir sobre a envolvimento das teorias explicativas do crime na decisão judicial neste tipo de crime, analisando o discurso escrito e verbal dos juízes salientando a importância do papel da psicologia no auxílio do processo decisório, sendo o crime um comportamento humano.

No entanto, assumindo a investigação qualitativa um papel especialmente importante (Vidmar, 2011) a Psicologia enquanto ciência tende a não investir nesta, então o presente estudo pretende colmatar esta lacuna, analisando qualitativamente as decisões judiciais sobre o homicídio.

1. Enquadramento teórico

1.1 A Decisão Judicial

Numa lógica legalista e tradicional do direito, uma decisão judicial é fundamentada na lei e imune a interferências subjectivas, sustentando crenças de racionalidade com base no treino do julgamento em função da lei, da doutrina e jurisprudência (Braman, 2004). No entanto, a investigação desenvolvida demonstra a dificuldade dos magistrados no reconhecimento das influências dos seus próprios processos cognitivos, com precisão (Braman, 2012), estando estes, sujeitos a vieses cognitivos como qualquer leigo, apesar da sua formação (Vidmar, 2011).

Herbert Simon (1955), apresenta a ideia de que a racionalidade completa, é irrealista, sendo esta, progressivamente substituída pela visão psicológica, admitindo a subjectividade e limitação destas decisões. Surgindo então, a racionalidade limitada, que dará lugar, à heurística da ancoragem proposta por Tversky e Kahneman (1974), definida pela assimilação de um valor irrelevante, com o objectivo de simplificar o processo, pelo que, existem bastantes hipóteses de fazer erros de julgamento com um poder e impacto imediato nos nossos comportamentos e acções (Fariña, Arce, & Novo, 2003), sendo problematicamente inconscientes (Magalhães, 2013).

Este fenómeno é uma das influências mais notáveis, no julgamento e decisão, pela extrema robustez, e imunidade de correção (Braga, Garcia-Marques & Ferreira, 2012). Não permitindo, assim, uma opinião consensual relativamente a agravantes e atenuantes da pena (Botelho & Gonçalves, 2012).

Além disso, as emoções ou experiências, que estudos indicam ser características intrínsecas ao ser humano (e.g. Schuster e Prosen, 2010; Wiener, Bornstein, & Voss, 2006), como também o estado de espírito (Feigenson, 2010), personalidade, atitudes, ou outros factores do comportamento humano são referenciados na literatura como influentes.

Pelo que, alguns autores se mostram preocupados com as atitudes preconceituosas e os comportamentos discriminatórios, tal como apontam os estudos de estereótipos de género (e.g. Coontz, 2000; Castro-Rodrigues e Sacau, 2012; Curry, Lee e Rodriguez, 2004), ou análise quanto à raça e etnia (e.g. Wang, Mears, Spohn e Dario, 2013).

Na investigação das influências extrajudiciais existe uma grande variedade de estudos, nomeadamente, estudos portugueses (e.g. Parente e Manita, 2010; Sousa, Mateus e Lopes, 1993; Lopes e Poiars, 2014). Prendendo-se como hipótese, a inevitabilidade dos

factores extra-legais ser uma das chaves para a compreensão da disparidade de penas (Castro-Rodrigues & Sacau, 2011).

Apesar da importância da psicologia para a tomada de decisão judicial ser um dos assuntos mais trabalhados pela psicologia forense, nomeadamente na Europa e América do Norte, existe ainda uma lacuna na literatura quanto ao modo como se processa a decisão judicial pois é reduzida e antiga (Manita e Machado, 2012).

Internacionalmente, Ulmer (1960), Schubert (1962) e Grossman (1966), foram os pioneiros dos estudos da psicologia neste âmbito. Ulmer (1960) mostrou que os juízes votaram desproporcionalmente em casos de liberdade civil, uns a favor do governo e outros a favor de demandantes individuais. Sendo de lados opostos de uma única dimensão de atitude, no entanto, ambos toleravam o comportamento governamental o que resultou na reivindicação da privação da liberdade civil. Descobriu também, que os juízes nesses grupos extremos raramente votaram da mesma forma e quando o faziam, quase sempre significava uma maioria para o lado vencedor do qual fazia parte um grupo "médio" de juízes que dividia os seus votos entre o governo e os autores individuais. No geral, a coligação desse grupo médio determinou quem prevaleceu.

Schubert (1962) formalizou uma das primeiras teorias sobre atitudes do comportamento judicial para explicar essas descobertas, postulou que os resultados do caso foram determinados por um "espaço de questões" sobre atitudes sobressaindo as preferências dos juízes. Schubert, foi o primeiro a oferecer um relato teórico da influência das preferências no comportamento de voto dos juízes.

Mais tarde, Grossman (1966), baseando-se nas descobertas desses primeiros estudos, investigou a influência de várias características básicas sobre os votos dos juízes. Analisando o comportamento destes no Supremo Tribunal com foco em factores como a idade, a religião e a experiência judicial.

Em Portugal, iniciaram nos últimos 25 anos, no entanto com pouco investimento, como o estudo que aborda a determinação social no tratamento de informação e decisão judicial, concluindo que “aqueles que apresentam uma posição social favorecida desencadeiam decisões mais benevolentes dos tribunais” (Sousa, 1992, p.52).

Mais recentemente, a psicologia é valorizada como auxiliar nesta decisão, sendo comprovado em vários estudos feitos com base na linha de investigação do impacto das perícias psicológicas nas decisões judiciais, tendo em conta as diferentes áreas do Direito (Manita e Machado, 2012), com destaque para os trabalhos já desenvolvidos na

Universidade do Minho, como a caracterização e impacto das perícias forenses nas sentenças judiciais de agressores conjugais (Faria & Gonçalves, 2011), a análise desde a avaliação forense à decisão judicial nos crimes sexuais contra mulheres adultas (Martinho, 2011) e na Universidade Católica Portuguesa do Porto, a valoração das perícias psicológicas forenses na decisão judicial de processos-crime de abusos sexuais de crianças (Martins, 2012).

Sobre a tomada de decisão judicial os estudos nacionais são recentes, no entanto, o tema já despertou o interesse da comunidade científica, centrando-se nos elementos externos à lei na decisão dos magistrados, nomeadamente Braga e Matos (2007) que analisaram agravantes e atenuantes para a determinação da pena de condenados por crimes contra a auto-determinação sexual, enquanto atenuantes destacam-se os factores relacionados com a vítima (idade, situação sócio-familiar, consequências do crime), se bem que se considera também a consideração das condições pessoais e sociais do arguido. As análises de conteúdo de Parente e Manita (2010) sobre o estereótipo de género na regulação do exercício das responsabilidades parentais na tomada de decisão judicial, e de Henriques e Pais (2006) a cinco sentenças com perícia médico-legal ou sobre a personalidade, concluindo que os juízes se centram em primeiro lugar no acto criminal e posteriormente no funcionamento psicológico e da condição social do arguido. Rodrigues (2013) conclui que os decisores não têm consciência do efeito da ancoragem nas suas decisões, não havendo consenso de posições e opiniões entre a classe, e dada a discricionariedade judicial permitida aos juízes, estas podem influenciar na determinação das sentenças. Recentemente Agra e Colaboradores (2015) com base em casos de homicídio conjugal verificaram que a sentença é produto de fatores legais e extraleais.

A Psicologia contemporânea é caracterizada pela importância no sistema de justiça (Bornstein e Greene, 2011), sendo que a literatura aponta a favor da expansão do recurso à psicologia forense por parte dos tribunais, aspeto esse bem visto por muitos juristas da nossa praça (e.g., Carmo, 2005; Carmo, Alberto, & Guerra, 2006).

Braman (2010), defende que se o Juiz tem a responsabilidade de tomar uma decisão, que Cunliffe (2014) defende que deve ser fundamentada, a Psicologia, tem a de estudar as características, dinâmicas e limitações da tomada de decisão legal, ajudando os magistrados a proceder a decisões mais sustentadas (Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014, in press). Em Portugal, esta colaboração é feita através da avaliação psicológica forense

(Manita & Machado, 2012), disponibilizando informação psicológica como facilitadora da decisão legal (Blackburn, 2006), ao que Gonçalves (2010) define como essencial.

A Psicologia enquanto ciência tende a não investir em investigação qualitativa, contudo, esta assume um papel especialmente importante (Vidmar, 2011) dado que permite explorar em profundidade e com maior complexidade os fenómenos. O presente estudo pretende colmatar esta lacuna, analisando qualitativamente as decisões judiciais sobre o homicídio.

1.2. Homicídio

Apesar dos primeiros passos da psicologia no âmbito judicial terem sido em dois casos de homicídio, sendo que Albert Von Schrenk-Notzing, defendeu em tribunal a falsificação de memória das testemunhas num caso de triplo homicídio (Blackburn, 2006). E sensivelmente na mesma época, Hugo Munsterberg interviu como psicólogo consultor em dois julgamentos de homicídio, contribuindo para a crescente afirmação da psicologia enquanto auxiliar no contexto forense (Colman, 1995; cit por Agulhas & Anciães, 2014), a investigação sobre a decisão judicial neste tipo de crime, ainda é muito recente internacionalmente (e.g. Curry, Lee & Rodriguez, 2004), sendo que em Portugal ainda não existem estudos publicados neste âmbito, e para colmatar esta lacuna está a ser desenvolvido um estudo que procura fazer uma análise sobre este processo (Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014, in press). E os estudos publicados são na maioria quantitativos especialmente em crimes tão violentos como o homicídio.

O estudo da decisão judicial neste tipo de crime é crucial por ser considerado o crime limite na sociedade dos dias de hoje, por ser o mais violento e mais grave universalmente. Sendo que, cada magistrado entende-o, pelo seu contexto e momento da prática (Botelho e Gonçalves, 2015) e a investigação mostra que os factores extra legais originam disparidades nas sentenças (e.g. Dawson, 2004; Leonard, 2001; cit por Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014, in press), para um maior equilíbrio e neutralidade na decisão judicial, é importante que os decisores e profissionais intervenientes não ignorem a investigação desenvolvida, entendendo as práticas de crimes, para uma maior preparação para lidar com estes. Guiando o pensamento através das muitas teorias que foram concebidas em torno da explicação do crime, ao longo de mais de um século. Baseadas no crime e no criminoso sendo ele juvenil ou adulto, “focalizando ora características

biológicas ora causas psicológicas, sociais, situacionais ou todos esses fatores” (Braga, 2013, p.82)

Sendo que segundo as estatísticas, apesar do crime estar a diminuir na Europa, foram assassinadas 437.000 pessoas em 2012 (UNODC, 2013). E segundo o Código Penal Português, dos crimes contra a vida, correspondente aos crimes contra as pessoas, entende-se homicídio (artigo 131º) por vários tipos, com penas adequadas a cada um, como o homicídio qualificado (artigo 132º), privilegiado (artigo 133º), a pedido da vítima (artigo 134º) e por negligência (artigo 137º), ou seja, existem bastantes factores que influenciam a pena deste crime, portanto é importante que o enquadramento de cada caso de homicídio seja baseado nas prespectivas já estudadas sobre o comportamento criminal, para que a justiça seja coerente de caso para caso.

1.2.1 Teorias explicativas sobre o homicídio

Mercê do facto de existirem diversas abordagens no que toca às explicações sobre o crime, tal como Botelho e Gonçalves (2015) optou-se por focar a atenção nas teorias associadas ao homicídio e organizá-las em categorias principais tendo em atenção que, no começar dos estudos, as teorias viam o seu cerne localizado na racionalidade biológica, fazendo o indivíduo carecer de qualquer controlo próprio, bem como de algum domínio referente a factores biológicos, deixando-os subjugados a este determinismo (Botelho & Gonçalves, 2015). Cesare Lombroso, criador da Escola Positivista, defendeu a presença de características físicas ou anatómicas (Rainho, 2008), ao invés dos seus seguidores, que foram mais longe, apostando na investigação de diferentes explicações bio-antropológicas, como a hereditariedade ou factores genéticos (Mendes, 1997), ao que, Almeida (1999; cit por Loureiro, 2008) conclui que, embora não haja um gene, algumas características hereditárias possam influenciar no comportamento criminal.

Apesar destas teorias deixarem pouca margem de erro, foram rapidamente refutadas pela perspectiva bio-psicológica, estando o foco na prevenção do crime ou tratamento do criminoso sendo que se considera que os factores ambientais em que o indivíduo se desenvolveu também influenciam o comportamento (Botelho & Gonçalves, 2015).

Entretanto, parecia haver um consenso científico quanto à influência das alterações no funcionamento no cérebro, sendo que estudos indicam que indivíduos com lesões cerebrais têm uma maior predisposição para comportamentos violentos e anti-

sociais (Blair, 2010; Blair & Cipolotti, 2000; Filley, Price, Nell, Antoinette & Morgan 2001; Giancola & Zeichner, 1994; Pontius & Yudowitz, 1980; Yang et al, 2008; Raine, 2013).

Mais tarde, são tidos em conta os factores desenvolvimentais, que fazem entender o comportamento criminal com base nos distúrbios no processo de desenvolvimento, servindo como provas alguns estudos onde participam jovens que já mataram, comprovando-se que esses jovens provinham de famílias disfuncionais (Botelho & Gonçalves, 2015). Com também a perspectiva de Moffit, que categoriza dois tipos de trajetórias criminosas: os indivíduos que delinquem apenas na fase da adolescência e outros, que se mostram mais passíveis de continuar a delinquir na vida adulta. Reforçando que estes últimos, nascem normalmente com défices neuropsicológicos, advindos de maus comportamentos parentais, apresentando-se donos de um temperamento difícil, de atrasos no desenvolvimento comportamental e de capacidades cognitivas limitadas. Tudo isto reunido pode proporcionar comportamentos antissociais precoces, podendo, ainda, traduzir-se numa atividade delituosa significativamente versátil, tornando este tipo de jovens nos responsáveis pela maioria da criminalidade, nomeadamente a violenta na figura, especialmente, do homicídio (Dicataldo & Everett, 2008; Farrington et. al., 2012; Moffitt, 1993; Moffitt et. al., 2002; Shumaker & Prinz, 2000).

Depois de envolver a família na influência deste tipo de comportamento, é importante refletir sobre os factores psicopatológicos do próprio, sendo que enquanto inicialmente apontam como impulsionadores para o crime os transtornos psiquiátricos (Hiroze, 1979; Pertursson & Gudjonsson, 1981) e os mentais nomeadamente do Eixo I, defende-se mais tarde, que estes não agem por si só nomeando o uso de substâncias ou álcool como gatilho para despoletarem mais facilmente atos violentos (American Psychiatric Association, 2013), pelo que Miles (2012), defende que não é possível relacionar diretamente os efeitos do abuso de substância com o homicídio. No entanto, estudos apontam que o abuso do álcool diminui o autocontrolo (Giancola, 2013) e que os consumos proporcionam ambientes violentos aos consumidores (Botelho & Gonçalves, 2015).

Podemos determinar que a literatura começou a apresentar uma maior tendência na consideração de influências ambientais, sociais e culturais, especialmente externas ao indivíduo, passando “(...) a ênfase das teorias individualistas para as funcionalistas, salientando as ligações entre a conformidade e o desvio em diferentes contextos sociais...”

(Rainho, 2008, p. 15), pelo que a Escola de Chicago aponta como responsável pelo aumento da taxa de criminalidade: a imigração, a pobreza e a desorganização da sociedade, como a ideia de Shaw e MacKay (Bursik, 1988) que começa a dar importância ao baixo nível socioeconómico, à etnia e à instabilidade residencial. No entanto, estudos negam a influência da imigração (e.g. Sampson, 2008), da privação económica (e.g. Chamlin & Cochran, 2005) e da pobreza (Cardia, Adorno, & Poletto, 2013) no aumento das taxas de homicídio.

Para Durkheim (1969), matar alguém significa romper com a humanidade; no entanto, a sociedade também pode contribuir negativamente quando, de um ponto de vista teórico, a desigualdade económica que dela deriva é um fator criminógeno, uma vez que emerge da acumulação de uma vantagem competitiva (Messner, 1982). Concluindo os autores que houve um aumento das taxas de homicídio quando combinado com a concentração da população jovem, ausência de idosos, desemprego, ausência de educação por parte do agregado familiar e ausência de políticas no combate ao impacto da pobreza. Como também, a ligação ao uso e tráfico de substâncias.

Tendo, então, em conta todo o explicado até agora, retira-se a ilação de que a literatura é muito ampla e, por muitas vezes, contraditória (Botelho & Gonçalves, 2015, p. 10).

2. Parte Empírica

2.1. Metodologia

2.1.1. Objectivos e questões de investigação

O presente estudo pretende compreender se as teorias explicativas do crime, especificamente as teorias sobre o homicídio, indicadas pela literatura, estão presentes e são consideradas na tomada de decisão judicial penal – quer no relato verbal dos juízes como nos acórdãos escritos finais, procedendo-se a uma análise comparativa entre o discurso verbal e o discurso escrito.

Mais detalhadamente, o estudo orienta-se pelas seguintes questões:

1) As teorias explicativas sobre o crime violento são consideradas na decisão judicial? Se sim, que teorias assumem maior ênfase? Que elementos são destacados? Em que medida afectam a decisão judicial (atenuam ou agravam a pena)?

2) Existem diferenças entre o discurso verbal dos juízes (entrevista) e o discurso escrito (acórdãos)? Se sim, em que se traduzem essas diferenças? Se não, quais os pontos de consenso?

Por fim, a partir dos resultados, pretende-se reflectir sobre o papel da psicologia (teorias e investigação) na compreensão do crime e sobre a forma como os conhecimentos científicos são compreendidos e utilizado pelos envolvidos no sistema de justiça penal, nomeadamente os decisores (juízes).

2.1.2. Participantes e amostra documental

O estudo incluiu, por um lado, 12 magistrados e, por outro, 30 acórdãos sobre o crime de homicídio.

Participantes

Os 12 juízes foram seleccionados de acordo com dois critérios: (i) a exercer funções nos tribunais judiciais de primeira instância da região Norte (por se tratarem dos tribunais onde ocorre a primeira decisão judicial); e (ii) possuir, no mínimo, 5 anos de experiência em casos de homicídio com dolo.

Participaram neste estudo juízes com idades compreendidas entre os 32 e os 58 anos, com uma média de 43.83 (DP =7.650) e experiência profissional compreendida entre os 5 e os 31 anos, com uma média 19.33 anos (DP=6.867). Procurou-se introduzir alguma variabilidade ao nível das características dos participantes que pudessem ser relevantes para o estudo, já que a literatura indica a importância do sexo dos juízes nas decisões judiciais (e.g., Boyd, Epstein, & Martin, 2008; Peresie, 2005; Smith, 2005; cit por Botelho, Conde e Gonçalves, 2014), o estudo inclui 6 juízes do sexo feminino e 6 juízes do sexo masculino. (cf. Tabela 1).

Tabela 1.*Participantes*

Juízes	Sexo	Idade	Anos de serviço
1	Masculino	48	20 anos ou +
2	Feminino	34	11-19 anos
3	Masculino	32	20 anos ou +
4	Feminino	43	20 anos ou +
5	Feminino	54	11-19 anos
6	Feminino	43	5-10 anos
7	Masculino	58	20 anos ou +
8	Masculino	41	20 anos ou +
9	Masculino	45	11-19 anos
10	Feminino	36	20 anos ou +
11	Masculino	48	20 anos ou +
12	Feminino	43	20 anos ou +

Amostra documental

Os acórdãos sobre o crime do homicídio estão a ser recolhidos nas bases de dados Jurídico-Documentais do Ministério da Justiça, presentes no site oficial do www.dgsi.pt. Seleccionando-os de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Acórdãos sobre o crime de homicídio com dolo.
- (ii) Acórdãos do Tribunal da Relação de Porto (Por se tratar do tribunal que avalia o recurso das decisões dos tribunais de 1.^a instância da Região Norte) e acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça (tribunal que avalia o recurso das decisões dos tribunais da relação).
- (iii) Acórdãos com informação da pena ou fundamentação do crime de homicídio perpetrado intencionalmente.

Com base nestes critérios, eliminaram-se acórdãos que não correspondiam aos critérios implementados, e foram seleccionados 30 acórdãos para análise (cf. Tabela 2).

Tabela 2.*Amostra Documental*

	Nº de acórdãos analisados	Nº de acórdãos eliminados
Supremo Tribunal de Justiça	17	600
Tribunal da Relação do Porto	13	400

2.1.3. Instrumento

Utilizou-se uma Entrevista semiestruturada construída para o presente estudo – Entrevista sobre a decisão judicial penal (Botelho, Conde, & Gonçalves, 2014). A entrevista foi aplicada individualmente, abrangendo todos os tópicos do guião (motivos legais, motivos extralegais, aspectos subjetivos e aspectos relacionados com as perícias forenses).

2.1.4. Procedimentos

Para aceder aos magistrados foi utilizado o método de recrutamento *snowballing*, a partir de contactos informais com potenciais participantes. As entrevistas foram realizadas nos tribunais, fora do horário de serviço dos magistrados. O tempo de duração das entrevistas variou entre os 45 e os 180 minutos. Foi obtido o consentimento informado. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a ser preservada a integridade dos relatos.

A decisão de terminar a recolha de dados foi determinada pela saturação teórica, ou seja, quando a introdução de novos casos não originou novas ideias, conceitos ou noções sobre o fenómeno (Flick, 2002). Para aceder aos acórdãos, recorreu-se ao site www.dgsi.pt, fazendo-se a pesquisa pelo termo “homicídio” na base de dados do Tribunal da Relação do Porto e na base de dados do Supremo tribunal de Justiça. Todos os acórdãos foram retirados na íntegra e transpostos para formato *word*.

Seguidamente, procede-se à transferência dos dados para o programa *Nvivo 10*, seguindo do processo de análise, completando a grelha de categorização, com base na informação dos dados dos participantes e da amostra documental- acórdãos.

2.1.5. Metodologia de Análise

Utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, adoptando o procedimento de codificação dedutiva, através da construção de uma grelha *à priori* com as principais teorias explicativas sobre o homicídio, nomeadamente sobre as causas e factores de risco.

Recorreu-se, assim, a um quadro de codificação pré-existente, procurando verificar se os dados (quer dos juízes, quer dos acórdãos) se ajustam aos referenciais teóricos da literatura. Construído com base nas ideias de Gonçalves (2008) e Botelho e Gonçalves (2015) (Quadro 1).

Quadro 1.

Grelha à priori

Teorias intraindividuais	Teorias psicobiológicas	- lesões cerebrais - problemas cerebrais/neurológicos
	Teorias da personalidade	- dificuldade e lidar com a frustração - baixas competências pró-sociais ou atitudes - anti-sociais - falta de julgamento crítico - agressividade - impulsividade - falta de empatia - dificuldade na gestão da raiva - ausência de remorso
	Teorias psicopatológicas	- perturbações mentais/psiquiátricas - psicopatia - deficiência mental - dependência de álcool ou drogas
Teorias desenvolvimentais-diádico-familiares	Disfuncionalidade na família actual	
	Disfuncionalidade na família de origem	- exposição à violência - negligência - vitimação na infância - problemas de saúde mental ou substâncias na família - ausência de modelos de comportamentos positivos
Teorias socio-culturais	Baixo nível socio económico Grupo social desfavorecido ou excluído Zona residencial problemática Grupo de pares desviante Desemprego Baixa escolaridade	
Teorias situacionais	Auto-defesa Provocação Situação “limite” Situação oportuna Alvo apropriado Ausência de vigilância e/ou testemunhas Ganhos com o crime	

Recorreu-se ao *software Nvivo10* para o processo de organização, codificação e interpretação dos dados. Para a validação dos resultados, recorreu-se a um co-codificador na análise dos dados, tanto das entrevistas como dos acórdãos.

Dada a extensão dos dados, seleccionou-se cerca de 20% das entrevistas (2 entrevistas) e 20% dos acórdãos (6 acórdãos) retirados aleatoriamente para serem codificados de forma independente. Posteriormente, prosseguiu-se ao cálculo do índice de fidelidade conforme a fórmula apresentada por Vala (1986), chegando-se a um índice de fidelidade de 0.92, considerado uma força de acordo elevado.

3. Resultados

Os resultados são descritos através da grelha de categorização construída com base na literatura completando-se através da informação extraída das entrevistas e acórdãos. Para facilitar a leitura dos resultados, procede-se à sua descrição de acordo com as questões de partida da investigação. Por fim, discute-se o papel da psicologia no sistema de justiça penal.

3.1. As teorias explicativas sobre o crime violento são consideradas na decisão judicial? Se sim, que teorias assumem maior ênfase? Que elementos são destacados? Em que medida afectam a decisão judicial (atenuam ou agravam a pena)?

Analisando a codificação da grelha de categorização elaborada através da grelha *à priori* construída com base na literatura, completando-se através da informação extraída das entrevistas e acórdãos, existe a alusão a teorias que vão ao encontro das teorias explicativas já estudadas, paralelamente a outras referências que podem surgir sobre o crime, numa decisão proferida pelo juiz, tomando forma quer no discurso escrito, quer no verbal.

Quanto a isso, as perspectivas intra-individuais assumem uma maior relevância (220¹, 35²), seguindo-se as situacionais (70,18), as socioculturais (73,8), as socioeconómicas (56,10) e as desenvolvimentais-diádico-familiares (46,16) (cf. Tabela 3).

¹ n° de referências de acórdãos

² n° de referências de entrevistas

Tabela 3.*Perspectivas consideradas pelos magistrados*

	Nº de referências nos acórdãos	Nº de referências nas entrevistas
Perspectivas intra-individuais	220	35
Perspectivas desenvolvimentais-diadico-familiares	46	16
Perspectivas socio-culturais	73	8
Perspectivas situacionais	70	18

Com base nestas perspectivas, consideram-se outros factores³ (cf. Tabela 4), dos quais serão descritos aqueles com maior ênfase, tal como é direcionada a questão, considerando as categorias às quais a somatização das referências dos acórdãos e das entrevistas tem um valor maior que cinco.

Tabela 4.*Elementos destacados em todas as perspectivas consideradas*

	Nº de referências nos acórdãos	Nº de referências nas entrevistas
Perspectivas Intra-individuais	220	35
Características de personalidade	165	25
Perversidade ou premeditação	38	7
Ausência ou remorso	26	0
Falta de julgamento crítico	19	0
Falta de empatia	17	5
Competências adequadas	12	5
Ciúme	14	1
Agressividade	9	1
Baixas competências pró-sociais / atitudes antissociais	9	0
Perda de autocontrolo	7	3
Dificuldade em lidar com a frustração	6	1
Vingança	6	0
Psicopatologia	47	9
Perturbações mentais ou psiquiátricas	26	7
Dependência ou Abuso de álcool ou drogas	17	2
Fatores Psicobiológicos	8	1
Problemas cerebrais ou neurológicos	6	1
Perspectivas situacionais	70	18
Situação Oportuna	19	1
Exaltação	15	2
Autodefesa	8	5
Provocação	8	5
Alvo apropriado	6	0
Perspectivas socioculturais	73	8
Acesso a armas	30	0
Responsável e bem integrado socialmente	24	5
Grupo social desfavorecido ou excluído	9	0

³ O somatório das subcategorias não dá o total das categorias principais, dado que em alguns casos o discurso do sujeito encaixa na categoria geral mas não nas subcategorias pela falta de especificidade e concretização do relato.

Meio isolado	6	1
Perspectivas sociodemográficas	56	10
Baixa escolaridade	20	2
Idade	18	4
Baixo nível socioeconómico	13	4
Perspectivas Desenvolvimentais-Diádico-Familiares	46	16
Disfuncionalidade na família actual	21	7
Disfuncionalidade da família de origem	10	5
Equilíbrio familiar	12	0

Quando consideram as **perspectivas intra-individuais** que assumem uma maior relevância, destacam-se as **características de personalidade** (165,25), sendo que foi encontrado maior número de referências em ocorrências que comportam **perversidade ou premeditação** no crime (38,7), descritas verbalmente como “aquela intensão criminosa” (E12), como no discurso escrito: “[A] existência de um plano de acção ou pré-representação do processo causal torna objectivamente mais insidiosa e firme a acção criminosa e mostraria uma tendência para delinquir mais intensa e decidida” (A12), concluindo que “a conduta revela especial censurabilidade e perversidade” (A28). Seguidamente, é apontada a **ausência de remorso** (26,0) (A4: “o arguido afirma perentoriamente e de forma exaltada que *se fosse agora fazia o mesmo, ela insultou a minha dignidade (...) ela teve o que mereceu*”). Posteriormente, encontramos a **falta de empatia** (17,5), tanto pela “insensibilidade perante o valor da vida” (A23) ou mesmo “perante os laços familiares estreitos” (A26), como no caso em que “o arguido desferiu seis facadas naquela que era sua esposa há mais de 20 anos e mãe dos seus filhos” (A15), sendo que a “baixa ressonância afetiva; pode reconduzir-se à *atitude má*, eticamente falando, de crasso e primitivo egoísmo do autor, de que fala Binder” (A4). Depois, fala-se da **falta de julgamento crítico** (19,0) quando o arguido se mostra “pouco crítico” (A24) em relação ao crime perpetrado e, como exemplo, temos o caso em “face à sua postura perante os factos, ficam-nos dúvidas sobre a sua capacidade de auto-censura” (A12). As **competências adequadas** para os acontecimentos da vida (12,5), avaliadas pelo juiz, consideram que “a postura e aquilo que sabemos a nível da comunidade é muito importante” (E2), tendo como exemplos: “pessoa normalmente fiel ao direito (...) não faria sentido censurar o agente pela personalidade manifestada no facto, quando afinal ela acaba por se revelar adequada no essencial ao modelo suposto pela ordem jurídica” (A9); “O arguido é cidadão dócil, pacato, pacífico, prudente e tolerante” (A11).

Como sentimento *impulsionador* para o crime, indica-se o **ciúme** (14,1), exemplo:

“o arguido sentiu ciúmes(...) tal facto causava desagrado e desconfiança sobre a existência de relações sentimentais daquela com outrém” (A14). São tidas também em atenção a **agressividade** extrema (9,1) (A29: “o arguido desferiu algumas bofetadas na C; pluralidade de golpes desferidos (...)”; A18: “revelam uma certa agressividade”), a **perda de autocontrolo** (7,3), (E7: “No que respeita ao crime de homicídio tive muitos casos que depois levam a pessoa a uma perda de autocontrolo, há uma evidente capacidade de autocontrolo e que levam a resultados destes de tirar a vida a outro”; A22: “comportamento pautado por algumas dificuldades de auto-controlo”), as **baixas competências pró-sociais ou atitudes antisociais** (9,0) (A9: “Por outro lado, ao atacar o bem jurídico supremo, o homicida manifesta sentimentos anti-sociais que, em regra, provocam acentuada censura ético-social, a exigir forte reacção punitiva e repressiva, sob pena do avolumar de sentimentos de insegurança da comunidade.”), a **dificuldade em lidar com a própria frustração** (6,1) (A24: “com traços inadequados na resposta à contrariedade e frustração”; A4: “reduzida tolerância à frustração”) e o facto do arguido ser movido pela **vingança** (6,0) (A13: “O arguido ia, pois, animado de *vingança*”; A29: “No momento em que praticou tais actos o arguido estava convencido que a C e o D tinham uma ligação amorosa e perspectivou a morte de ambos como vingança pela afronta que esta ligação para ele representava”).

Ainda nas perspectivas intra-individuais, deparamo-nos com referências a **psicopatologias** (47,9), sendo mais destacados casos de **perturbações mentais ou psiquiátricas** (26,7) (A12: “foi sujeita a internamento hospitalar, o que demonstra perturbações psiquiátricas (...) nível psicológico e psiquiátrico”; E5: “se há uma limitação psiquiátrica do individuo dificilmente se poderá considerar que há uma especial perversidade e censurabilidade da pessoa, porque a pessoa está limitada na sua capacidade de decidir.”) e de **dependência ou abuso de álcool ou drogas** (17,2) (A27: “Já por várias vezes anteriormente, arguido e falecido tinham discutido e se agredido mutuamente, o que acontecia quando estavam sob a influência do álcool, o que era frequente.”; A15: “Estas agressões ocorriam sempre no final do mês quando o arguido recebia o ordenado e se embriagava (...) tendo retomado o consumo exagerado de bebidas alcoólicas de forma impulsiva”).

E ainda na mesma categoria são referidos **factores psicobiológicos** (8,1), nomeadamente **problemas cerebrais ou neurológicos** (6,1) (A23: “o arguido foi submetido a exame médico-legal psiquiátrico e nesse exame concluiu-se que o mesmo sofre de síndrome

cerebral pós-traumático não psicótico, o que faz com que o seu humor possa ser muito variável, sendo uma qualquer ocorrência banal susceptível de causar medo e apreensão desproporcionados com a causa; (...) o mesmo relatório refere que é elevada a probabilidade de o arguido estar prejudicado cognitivamente, devido à lesão cerebral, tipo de lesão que causa, em geral, baixa geral de autodomínio, da capacidade de previsão, exacerbando a instabilidade/impulsividade, pelo que permite concluir por uma atenuação da imputabilidade”; A6: “Poucos anos antes da prática dos factos, foi sujeito a várias intervenções cirúrgicas (...), o que causa a morte celular cerebral, necessariamente provocada pela escassez de oxigénio e de nutrientes na corrente sanguínea, vide depoimento do médico”)

Realçam, também, as **perspectivas situacionais** (70,18), isto é, momentos que podem alterar o estado normal do arguido, destacando-se a **situação oportuna para a prática do crime** (19,1) (A4: “decidiu utilizar para o efeito, o veículo automóvel de que dispunha para lhe tirar a vida”; A8: “Quando o arguido disparou, a vítima encontrava-se de costas para ele, situação que o arguido procurou para impedir a defesa da vítima.”. Segundo os juízes, o crime pode dar-se mercê da **exaltação** gerada no instante do mesmo (15,2) (E4: “Em termos gerais os que são mais comuns tem a ver precisamente com estados de exaltação minimamente justificados.”; A27: “Actuou em estado de exaltação (...) A agressão sofrida pelo arguido é adequada a produzir o estado de exaltação com que o arguido agiu.”.

O facto do acto ser considerado **legítima defesa** também releva (8,5) (A27: “o arguido conseguiu desarmar seu irmão, passando ele a empunhar a aludida navalha. (...) com ela agrediu seu irmão (...) discussão e luta que travara com seu irmão e a agressão já descrita que primeiramente sofreu.”, tanto como resposta a uma **provocação** (8,5) (E4: “aquela provocação injusta da vítima (...) pode ser uma atenuante especial se já vinha de trás, se aquela pessoa estava constantemente a sofrer as provocações do vizinho que, por exemplo cortava a água, aí poderá entrar numa atenuante especial”.

Considera-se também uma **situação limite** (6,2) (A25: “Agiu o arguido pela forma atrás descrita, dado encontrar-se profundamente desalentado e angustiado com a insuportável situação económica e familiar que lhe fora criada pelo seu filho, não vendo qualquer solução para a mesma”, ser considerado **alvo apropriado**, pelo arguido, para concretizar o crime é, igualmente, tido em conta (6,0) (A1: “No plano financeiro, o casal registava um endividamento crescente e descontrolado. (...) O casal não mantinha proximidade relacional nem laços afectivos para com a vítima (avô do cônjuge do arguido), pelo que a aproximação entre os três era recente (desde o Verão de 2013), atribuída à necessidade do idoso

carecer de algum apoio/supervisão atentos os problemas de saúde de que padecia, da condição de solidão e à expectativa que o casal possuía que os pudesse ajudar financeiramente, por a vítima dispor de património, como casa própria, veículo automóvel e depósito bancário resultante do aforro ao longo dos anos. (...) agravada pela fragilidade das vítimas (pessoas idosas) (...) daquela ser doente (diabético, tomando diariamente insulina e cuidados nos membros inferiores)”).

No que toca às **perspectivas socio-culturais** (73,8), é destacado o facilitamento no **acesso a armas** (30,0) (A12: “Há cerca de 3 anos, a arguida C..., conhecendo o local onde o seu marido guardava a identificada espingarda, apropriou-se da mesma e ocultou-a em local que apenas a própria conhecia (...) apossou-se dela e ocultou-a em local que apenas a própria conhecia.”); de seguida, o facto de ser **responsável e bem integrado socialmente** (24,5) (A17: “É reputado por aqueles que o conhecem e que com ele se relacionam como pessoa pacífica, respeitadora e trabalhadora. (...) o arguido não apresenta propensão para o crime e de que se trata de uma pessoa bem inserida socialmente”), como também a característica do arguido pertencer a um **grupo social desfavorecido ou excluído** (9,0) (A3: “família de etnia cigana (...) integrando uma comunidade dominada por famílias de etnia cigana, e apresentava um estilo de vida e quotidiano desestruturado.”) ou provir de um **meio isolado** (6,1) (A4: “À data dos factos o arguido vivia sozinho, sem interações com os vizinhos, em isolamento familiar e social.”).

Consoante a informação das entrevistas e dos acórdãos, foi acrescentada outra perspectiva relacionada com as **características socio-demográficas** (56,10), destacando-se situações como a **baixa escolaridade** (20,2) (E12: “Atendemos também nos casos em que o arguido vem duma família complicada, pouco estudou, teve portanto poucas oportunidades. (...) era praticamente analfabeto”), a **idade** (18,4) (A24: “A favor do arguido regista-se a sua avançada idade, hoje com quase 77 anos, sem antecedentes criminais. (...) manda atenuar a pena quando se é maior de setenta anos.”; A5: “Quanto à medida da pena, o tribunal a quo levou em conta a idade do arguido (...) ter na ocasião 24 anos de idade”; E12: “Às vezes a idade também é tida em conta, quando temos arguidos jovens ou idosos. (...) Quando são penas mais longas, como no caso do homicídio, ponderamos a medida da pena, porque senão o homem morre na prisão.”) e o **baixo nível socio-económico** (13,4) (A15: “condição sócio-económica modesta (...) pelo que as condições sócio-económicas se revelavam difíceis”; E12: “família complicada, pouco estudou, teve portanto poucas oportunidades. (...) começou a trabalhar na lavoura aos 9 anos (...) é sustento da família ponderamos muitas vezes em suspender, como também aquele que teve poucas hipóteses na vida, com poucos recursos económicos.”).

Por último, encontramos-nos perante as **perspectivas desenvolvimentais-diádico familiares** (46,16), nomeadamente quando o homicídio ocorre no contexto de disfuncionalidades tanto na **família actual** (21,7) (A25: “Desde os 21 anos de idade que o B, filho do arguido, se dedicava ao consumo de heroína. Em dado momento a situação económica dos pais do B começou a tornar-se insustentável, já que este lhes exigia cada vez mais dinheiro. Começou, então, o arguido a, por vezes, negar a B o dinheiro pretendido, já que não o possuía. Nestas alturas, B, enfurecido, destruía a soco e pontapé louças e móveis existentes na residência onde habitavam. (...) Viviam a Mãe e a Irmã aterrorizadas com a possibilidade de um dia B cometer um acto de extrema violência nas suas pessoas.”) como na **família de origem** (10,5) (A14: “o arguido foi educado junto dos avós maternos e, quando estes faleceram, contava ele 10 anos, passou a viver com os tios.”; A12: “dinâmica relacional intrafamiliar foi condicionada pelos hábitos alcoólicos do pai”; E7: “Era um individuo que chegou à idade adulta ultrapassando uma infância difícil, de grande debilidade económica e de maus tratos, é uma questão a considerar.”). É, também, referido o **equilíbrio familiar vivido pelo arguido** (12,0) (A18: “O arguido AA é o mais velho de uma fratria de dois filhos, sendo proveniente de um agregado familiar de condição socioeconómica modesta mas equilibrada e com um relacionamento afectivo e harmonioso.

Depois da percepção dos elementos de cada categoria que os magistrados destacam, através da grelha de categorização final, foi analisado todo o discurso identificando agravantes e atenuantes (297, 48) (cf. Tabela 5), tal como as perspectivas, vão ser descritas apenas as categorias com referências cuja somatização seja superior a cinco.

Tabela 5.

Agravantes e atenuantes

	Nº de referências de acordões	Nº de referências de entrevistas
Agravantes e Atenuantes	297	48
Agravantes	194	16
perversidade ou premeditação	41	9
acesso a armas	29	0
ausência de remorso ou arrependimento	24	0
falta de julgamento critico	17	0
situação oportuna	17	0
falta de empatia	14	2
dificuldades na gestão do autocontrolo, impulsividade, raiva ou frustração	9	0
agressividade	8	0
alvo apropriado	7	0
baixas competências pro-sociais ou atitudes antissociais	7	0

Tabela 5.*Agravantes e atenuantes (continuação)*

	Nº de referências de acordãos	Nº de referências de entrevistas
Atenuantes	103	33
disfuncionalidades e conflitos familiares	13	4
obstáculos ou dificuldades sociais, económicas ou educativas	14	2
perturbações mentais psiquiátricas neurológicas ou doença	11	3
idade	11	2
responsável e bem integrado socialmente	8	5
competências adequadas	6	4
dificuldades em lidar com a frustração ou autocontrolo	6	3
autodefesa	5	4
estado emocional alterado	7	0
provocação	3	3
equilíbrio familiar	6	0

Os magistrados referenciam mais agravantes (194,16) (ver Tabela 5), considerando principalmente:

- **a perversidade ou premeditação** do acto criminoso (41,9), exemplo: ficou, no acto, ciente de que o atingiria mortalmente; (...) planeou, pelo menos, desde a noite do dia anterior, a hora, dia e local mais apropriados para concretizar os seus intentos, bem como o meio a utilizar; (...) o arguido praticou um crime de homicídio qualificado, revelando através da sua conduta uma especial censurabilidade, designadamente pela frieza de ânimo com que agiu, a forma calculada e amadurecida como actuou (...) Muito menos poderá, no nosso modesto entender, estar na base de uma atenuação da imputabilidade do arguido, o qual, "in casu", agiu com total frieza de ânimo, arquitectando ao pormenor, o modo, os meios, o momento da realização do crime, mantendo-se na intenção de matar por mais de 24 horas. (...) Relativamente à circunstância qualificativa referida na acusação, a al. i) do nº 2 do art. 132º do Código Penal prevê, efectivamente, como circunstância susceptível de revelar especial censurabilidade ou perversidade, a actuação com frieza de ânimo ou com reflexão sobre os meios empregados, bem como a persistência na intenção de matar por mais de 24 horas. (A23);
- **o acesso a armas** facilitado (29,0), exemplo: “a licença de que o arguido era titular apenas lhe permitia deter a arma no domicílio. (...) a agravação teria lugar mesmo que o recorrente tivesse licença de uso e porte.” (A4);
- **a ausência de remorso ou arrependimento** (24,0), exemplo: “não revela sentimento de culpa ou remorsos (...) ausência de qualquer arrependimento” (A24);
- **a falta de julgamento crítico** (17,0), exemplo: “De considerar, em sentido desfavorável, a limitada consciência crítica face ao dano e ao prejuízo para o

ofendido e a ambivalência revelada ao atribuir a responsabilidade do seu comportamento a factores externos.” (A18);

- a **situação oportuna** para praticar o crime (17,0), exemplo: “Quando o arguido disparou, a vítima encontrava-se de costas para ele, situação que o arguido procurou para impedir a defesa da vítima.” (A8);
- a **falta de empatia** para com a vítima (14,2), destacando principalmente laços familiares, exemplo: “não só se comportou sem o mínimo de respeito pela vida e pelo forte laço de natureza familiar que o ligava a primeira vítima e ao seu semelhante” (A29);
- as **dificuldades na gestão do autocontrolo, impulsividade, raiva ou frustração** (9,0), exemplos: “reduzida tolerância à frustração” (A4);

O arguido JC não chamou a GNR, que tem um posto nessa povoação, não continuou em casa, onde estava em segurança, não gritou por ajuda ou por socorro. Limitou-se a carregar, com dois cartuchos de bala, uma arma sair de novo, apontá-la ao PMBI e disparar (conclusão 13.^a). Não pode o comportamento dos restantes arguidos servir como atenuante para o seu acto! Fê-lo num momento em que “o pior” já tinha passado e se encontrava já em casa. E só por “milagre” não matou o recorrente” (A22); “O arguido actuou conforme descrito, pelo facto da vítima lhe ter virado as costas no café (...) Tal motivo não pode deixar de ser considerado fútil. A conduta do arguido é perfeitamente inadequada, existindo uma desproporção manifesta entre a conduta do arguido e o motivo que levou à mesma. (A6);

- a **agressividade** intrínseca ao arguido (8,0), exemplo: “Não mostrou, no entanto, uma atitude crítica convincente quanto aos factos praticados, os quais revelam uma certa agressividade” (A18);
- o **alvo apropriado** para o crime (7,0), exemplo:

O arguido agiu de forma livre, voluntária e consciente, querendo tirar a vida do seu avô por afinidade, homem com 75 anos, doente e débil, aproveitando-se dessas mesmas fragilidades da vítima, das quais era conhecedor, para concretizar os seus intentos (...) agravada pela fragilidade das vítimas (pessoas idosas) (...) daquela ser doente (diabético, tomando diariamente insulina e cuidados nos membros inferiores). (A1);
- as **baixas competências pró-sociais ou atitudes antissociais** (7,0), exemplo: “ao atacar o bem jurídico supremo, o homicida manifesta sentimentos antissociais que, em regra, provocam acentuada censura ético-social, a exigir forte reacção punitiva e repressiva, sob pena do avolumar de sentimentos de insegurança da comunidade.” ; trp6: “atitude do agente profundamente distanciada dos valores que são, de um modo comum, aceites na convivência em comunidade.” (A9).

No âmbito das **atenuantes** (103,33) salientam:

- as **disfuncionalidades ou conflitos familiares** (13,0), A14: “do seu casamento nasceram um filho e uma filha, sendo que esta última veio a falecer, com 26 anos de idade, há menos de um ano”; A15: “a conduta do recorrente seguiu-se a uma discussão entre ele e a vítima (...) A dinâmica entre o casal mantinha-se com características disfuncionais, vindo-se a agravar com o tempo, com constantes desentendimentos e situações de conflituosidade”);
- os **obstáculos ou dificuldades sociais, económicas ou educativas** pelo que o arguido passou (14,2), A23: “O arguido é de condição social e económica humilde, vivendo em casa de seus pais (...) Trabalha na agricultura, com os pais, sendo os lucros (...) repartidos a meias entre o arguido e seu pai, numa média de € 1.000,00 por ano.”);
- as **perturbações mentais, psiquiátricas, neurológicas ou em caso de doença** (11,0),
 A23: o arguido foi submetido a exame médico-legal psiquiátrico e nesse exame concluiu-se que o mesmo sofre de síndrome cerebral pós-traumático não psicótico, o que faz com que o seu humor possa ser muito variável, sendo uma qualquer ocorrência banal susceptível de causar medo e apreensão desproporcionados com a causa; (...) o mesmo relatório refere que é elevada a probabilidade de o arguido estar prejudicado cognitivamente, devido à lesão cerebral, tipo de lesão que causa, em geral, baixa geral de autodomínio, da capacidade de previsão, exacerbando a instabilidade/impulsividade, pelo que permite concluir por uma atenuação da imputabilidade.;
- a **idade** (11,2), A24: “(...) a favor do arguido regista-se a sua avançada idade, hoje com quase 77 anos, sem antecedentes criminais. (...) manda atenuar a pena quando se é maior de setenta anos.”);
- a referência ao cidadão **responsável e bem integrado socialmente que o indivíduo pode ser** (8,5), E7: “uma pessoa pacífica, ter sempre estado bem inserido na sociedade (...) do ponto de vista social, familiar, profissional e do ponto de vista do meio em que se insere é um cidadão perfeitamente bem integrado”);
- as **competências adequadas** (6,4), A26: “sem esquecer o quadro atenuativo que deriva do seu bom comportamento anterior”; A16: “a postura adoptada logo após a comissão do ilícito, assunção de responsabilidades face aos factos”);
- as **dificuldades em lidar com a frustração ou autocontrolo** (6,3), E7: “No que respeita ao crime de homicídio tive muitos casos que depois levam a pessoa a uma

- perda de autocontrolo, há uma evidente capacidade de autocontrolo e que levam a resultados destes de tirar a vida a outro.”);
- a **autodefesa** (5,4), E11: “tem havido outros que tem a ver com a reação aquela agressão, aquela humilhação, que leva aquela reação ou as situações de legítima defesa que pode funcionar como atenuante.”);
 - o **estado emocional alterado em que** se encontra o arguido (7,0), A14: “O arguido dominado por emoção violenta provocada pela vítima (...) O desespero tornou-se tão insuportável, ao ponto de a aflição o desânimo, o desalento e a angústia que sentia, transformaram –no num turbilhão de sentimentos, formando uma tensão que o empurrou para um beco sem saída, actuando em conformidade”;
 - a resposta a uma **provocação** (3,3), E10: “um passado continuado de provocações, em que um vizinho provoca um outro constantemente eu aí consigo perceber, não entender, mas perceber que aquele homem tenha chegado ao limite e tenha cometido aquele ato trespoucado e chegado ao homicídio.”
 - o facto de ter **equilíbrio familiar** (6,0), A23: “Adoptou um estilo de vida normativo, caracterizado pela integração num agregado familiar coeso e apoiante”

3.2. Existem diferenças entre o discurso verbal dos juizes (entrevista) e o discurso escrito (acórdãos)? Se sim, em que se traduzem essas diferenças? Se não, quais os pontos de consenso?

Consoante a análise, no discurso dos magistrados geralmente existem referências a todas as teorias já estudadas pela ciência, tanto no discurso escrito como no discurso verbal, mesmo que seja com maior número de referências no discurso escrito, devido à repetição no discurso (ver Tabela 3).

Relativamente às perspectivas intra-individuais que mais se destacam em ambos os discursos e que mostram consensualidade entre si, integram-se as **características de personalidade (165,25)** que ganham forma em situações de:

- **perversidade ou premeditação** (38,7)

A23: “planeou, pelo menos, desde a noite do dia anterior, a hora, dia e local mais apropriados para concretizar os seus intentos, bem como o meio a utilizar”;

E12: “A premeditação, aquela intensão criminosa que permanece por mais de 24 horas, o facto de ter planeado”)

– **falta de empatia** (17,5)

E4: “desprezo pela vida humana que o arguido demonstra”;

A6: “e abandonado o mesmo, agindo com sangue frio, demonstrando ser insensível ao valor da vida humana.”

– **competências adequadas para a situação** (12,5)

E3: “imagine se ele acabou de esfaquear a pessoa e chama a ambulância”;

A16: “assunção de responsabilidades face aos factos”

– **ciúme** (14,1)

A7: “Agiu motivado pelos fortes ciúmes”;

E12: “ciúmes”

– **agressividade** (9,1)

A12: “comportamentos agressivos com o arguido e filhos.”;

E7: quanto estava alcoolizado agredia o vizinho ao lado.”

– **perda de autocontrolo** (7,3)

A23: “comportamento pautado por algumas dificuldades de autocontrolo.”

E7: “No que respeita ao crime de homicídio tive muitos casos que depois levam a pessoa a uma perda de autocontrolo, há uma evidente capacidade de autocontrolo e que levam a resultados destes de tirar a vida a outro.”

– **dificuldade em lidar com a frustração** (6,1)

E2: “já me deparei com um homicídio entre parceiros do mesmo sexo precisamente por causa da suposta escolha.”;

A14: “praticando o crime de forma abrupta , sob forte e compreensível emoção torturado , desorientado , traumatizado pela ideia de infidelidade de quem o humilhou e desprezou”.

Por outro lado, ainda neste âmbito, existem algumas discrepâncias entre o discurso verbal e o escrito na **ausência de remorso ou arrependimento** (26,0), na **falta de julgamento crítico** (19,0), nas **baixas competências pró-sociais ou atitudes antissociais** (9,0) e na **vingança** (6,0), ou seja, apenas são referidas nos acórdãos, não existindo qualquer referência na análise das entrevistas.

Ainda no seio das perspectivas intra-individuais, mas numa divisão distinta da anterior, apresenta-se a **Psicopatologia**, nomeadamente:

– **A dependência ou abuso de álcool ou drogas** (17,2)

E7: “andava sempre alcoolizado”;

A3: “consumos de haxixe.”

– As **perturbações mentais ou psiquiátricas** (26,7)

A12: “foi sujeita a internamento hospitalar, o que demonstra perturbações psiquiátricas (...) nível psicológico e psiquiátrico”;

E7: “em casos em que até às vezes havia antecedentes de tratamentos psiquiátricos”, mostrando assim a consensualidade de ambos os discursos nestas áreas.

Paralelamente, nos **factores psicobiológicos** existe um ponto de consenso em relação aos **problemas cerebrais ou neurológicos** (6,1)

A6: “Poucos anos antes da prática dos factos, foi sujeito a várias intervenções cirúrgicas (...) o que causa a morte celular cerebral, necessariamente provocada pela escassez de oxigénio e de nutrientes na corrente sanguínea, vide depoimento do médico Dr. Fernando”;

E5: “tem um problema fisiológico, por muito que isso possa parecer injusto para os familiares da vítima, é diferente da pessoa que não tem limitação nenhuma da pessoa que tem a limitação psíquica.”.

Quanto às **perspectivas situacionais** (70,18) há consensualidade em relação a:

– à **situação oportuna** (19,1)

E2: “Perante a escolha, em casa gerou-se uma discussão muito grande entre ele e o companheiro no âmbito da qual acabou com o homicídio.”;

A13: “decidiu utilizar para o efeito, o veículo automóvel de que dispunha para lhe tirar a vida”,

– à **exaltação** (15,2)

A27: “Actuou em estado de exaltação”;

E4: “Em termos gerais os que são mais comuns tem a ver precisamente com estados de exaltação minimamente justificados.”,

– à **autodefesa** (8,5)

E5: “legítima defesa são coisas que fazem parte das cláusulas gerais da lei”;

A2: “O arguido sentia algum receio, até porque sabia que F... era possuidor e costumava andar com uma arma de fogo.”,

– à **provocação** (8,5)

A27: “O arguido agiu por provocação injusta da vítima;

E5: A provocação injusta”,

– à **situação limite** (6,2)

E6: “numa situação de desespero, de confusão”;

A25: “dado encontrar-se profundamente desalentado e angustiado com a insuportável situação económica e familiar que lhe fora criada pelo seu filho, não vendo qualquer solução para a mesma.”, divergindo no facto de existir um **alvo apropriado** (6,0).

Em relação às **perspectivas socioculturais** há consenso no facto de:

- ser **responsável e bem integrado socialmente** (24,5)

E12: “Depois a favor do arguido ponderamos o facto de sempre ter sido uma pessoa bem inserida socialmente, uma personalidade não conflituosa, que não é agressiva, que não se mete em trabalhos (risos), que trabalha, tem o seu trabalho e um dia a vida correu-lhe mal, houve uma contenda e ele defendeu-se. (...) Um fulano bem inserido, que é sustento da família ponderamos muitas vezes em suspender”;

A1: “O arguido, pelo menos até à notícia do crime, era tido como pessoa humilde, pacífica e bem aceite no meio social de inserção, sendo considerado por todos como pessoa íntegra e responsável, respeitado e respeitador, sendo certo que sempre auxiliou a sua família, designadamente, cuidando e tratando dos pais na sua velhice.”,

- ser proveniente de um **meio isolado** (6,1)

E4: “Nas grandes cidades nem tanto, mas mais fora há muito aquelas questões das relações de vizinhança ou associadas a terras, ou associadas a águas, depois há ali aqueles fatores que as pessoas dão muito relevo.”;

A12: “oriunda de um meio rural”.

No entanto, diferem no facilitamento do **acesso a armas** (30,0) e no facto de pertencer a um **grupo social desfavorecido ou excluído** (9,0).

Quanto às características **sociodemográficas** do arguido (56,10), entram em consenso no que toca:

- à **baixa escolaridade** (20,2)

E12: “era praticamente analfabeto”;

A17: “É analfabeto.”

- à **idade** (18,4)

E12: “Às vezes a idade também é tida em conta, quando temos arguidos jovens ou idosos.”;

A3: “apenas com 21 anos de idade”; A24: “cidadão com 77 anos de idade”,

- e ao **baixo nível socio-económico** (13,4)

A15: “pelo que as condições sócio-económicas se revelavam difíceis”;

A3: “provém de uma família de etnia cigana de humilde condição sócio-económica.”.

Por último, são referidas as **perspectivas desenvolvimentais-diádico-familiares**, os discursos estão em consenso quanto às disfuncionalidades:

– na **família actual (21,7)**

A15: “Desde o início do casamento que o arguido agredia a BB pelo menos uma vez por mês, ora por insultos verbais, chamando-lhe de “puta” e “vaca”, ora por puxões de cabelos ou chapadas na cara.”;

E9: “homicídios ligados à violência domestica”

– na **família de origem (10,5)**

A14: “o arguido foi educado junto dos avós maternos e, quando estes faleceram, contava ele 10 anos”;

E8: “a experiência da vida dele, o azar da vida das pessoas terem nascer naquela família, em que nem tem pais nem avós”

Diferindo em relação à existência de **equilíbrio familiar (12,0)**.

Considerando-as na agravação do crime (ver Tabela 5) apenas existe consensualidade na perversidade ou premeditação (41,9) e na falta de empatia (14,2). No entanto, existem várias que não são relatadas nas entrevistas, mas nos acórdãos são várias vezes referidas, como é o caso do acesso a armas (29,0), da ausência de remorso ou arrependimento (24,0), da falta de julgamento crítico (17,0), da situação oportuna (17,0), das dificuldades na gestão do autocontrolo, impulsividade, raiva ou frustração (9,0), da agressividade (8,0), do alvo apropriado (7,0) e das baixas competências pró-sociais ou atitudes antissociais (7,0).

Pelo contrário, em relação à atenuação das penas (103,33) existe um consenso em ambos os discursos, na área das disfuncionalidades e conflitos familiares (13,4), nos obstáculos ou dificuldades sociais, económicas ou educativas (14,2), nas perturbações mentais psiquiátricas neurológicas ou nas doença (11,3), na idade (11,2), pelo facto de ser responsável e bem integrado socialmente (8,5), nas competências adequadas (6,4), as dificuldades em lidar com a frustração ou autocontrolo (6,3), a auto-defesa (5,4) e a situação limite (4,1). Pelo que, diferem quanto ao estado emocional alterado no momento (7,0) e ao equilíbrio familiar (6,0).

Conclusão

A partir da análise dos resultados é importante fazer um balanço sobre o papel da psicologia e ciências afins (teorias e investigação) na compreensão do crime e de que forma os conhecimentos científicos são compreendidos e utilizados pelos envolvidos no sistema de justiça penal, nomeadamente os decisores (juízes).

Conforme ressalta Cerqueira e Lobão (2004), é difícil compreender o que leva uma pessoa a praticar crimes. Sendo a investigação crucial no sentido de compreender o crime com o objectivo de prevenir novos casos ou reduzir a incidência criminal.

São as autoridades que detêm a competência decisória que devem fazer uso da investigação desenvolvida. Pois, se formos capazes de entender a prática de crimes estamos em melhores condições para atuar sobre ela. No entanto, pelo carácter complexo que a violência e o crime apresentam, a investigação mostra que se torna necessário estudá-los a partir de diferentes abordagens que permitam perscrutar todos os seus elos.

Segundo Gonçalves (2008), a literatura tem ajudado a compreender o que é o crime e os criminosos, através da percepção das causas que o desencadeiam, sendo o que é impossível conceber causalidade de um fenómeno tão complexo como o crime só através de uma ordem de factores biológicos ou sociais sem lhe unir a dimensão psicológica, então a investigação é consistente quanto ao homem ser biopsicossocial.

Em boa verdade, e à medida que mais estudos vão surgindo, parece-nos claro que a importância da articulação de um maior número de factores de risco com os correspondentes factores protectivos, ao nível do individuo, da família, da escola, do grupo de pares e do meio, é o caminho a seguir para reforçar o poder heurístico de qualquer conceptualização teórica (Gonçalves, 2008, p. 130).

Factores estes que combinados em proporções e situações específicas, poderiam explicar a causa do crime. Porém, havendo na literatura inúmeros modelos que focalizam alguns fatores em particular.

Melhor do que perceber cada um dos modelos como uma panaceia que explique situações tão díspares, ou mesmo como modelos que dêem conta da generalidade do mundo criminal, menos ingénio seria interpretá-los como matizes que podem ajudar a compor um quadro (Cerqueira e lobão, 2004, p.234).

No entanto, já dizia Mendes (1997) que em Portugal, não existe recurso à investigação existente quando se trata de prevenir e controlar o fenómeno criminal. O que em parte, se deve à falta de credibilidade nas conclusões dos estudos ou na dificuldade da sua aplicação na prática. Como Khalil (2010) refere, os magistrados são ensinados a basear-se sob a perspectiva exclusiva da aplicação da lei, no entanto, Posner (2008), jurista

norte-americano e magistrado de segunda instância, reconhece que, quando os juízes não conseguem se apoiar em posições já claramente definidas pelo ordenamento jurídico, seja do ponto de vista legal, seja jurisprudencial, boa parte deles se deixa guiar pela análise das consequências de suas decisões. Percebendo que existe uma diversidade de sentidos na legislação e consequentemente as decisões judiciais não decorrem apenas dos vários sentidos possíveis da lei, até porque, antes de aplicá-la, a percepção que o juiz tem dos factos pode ter um peso enorme no sentido que se dá à lei. Segundo o autor, as dúvidas dos juízes são resultado da interação de fatores pessoais e, nesse momento, a lógica desempenha um papel limitado.

No geral é visível que os juízes referem as teorias explicativas do crime, no entanto usam-nas de forma inconsciente. Os juízes seguem um relato onde referenciam as várias teorias já estudadas, no entanto, mostram a ideia de que as seguem consoante os seus valores. Não existe um real conhecimento dos profissionais do direito sobre as teorias em si e dos objetivos destas.

Ao longo da carreira os magistrados notam a existência de fatores que não são propriamente jurídicos, pelo que a interferência de fatores psicológicos é determinante na maneira como cada magistrado conduzia o processo e o levava a termo (Khalil, 2010), não dispondo de instrumentos adequados para compreendê-los, devem recorrer à Psicologia.

É importante defender a perspectiva global do crime, ou seja, baseando-se no facto do crime ser uma ação multifactorial. Sendo que os juízes negligenciam muitos factores. Devem ter uma ideia mais holística e menos determinista do crime.

Até porque, se realmente fosse aplicado o código penal sem olhar a meios, pessoas e histórias todos já teríamos sido presos, pelo que, chama a atenção dos psicólogos que podem ajudar os juízes, promovendo um melhor conhecimento do comportamento do criminoso em cada situação específica. A Psicologia da Justiça, é a área mais adequada pois para ajudar a interpretar e compreender determinadas atitudes baseadas no emocional do indivíduo, é importante conhecer o código penal, sabendo distinguir os actos e filtrá-los, facilitando assim a vida do julgador.

No entanto, para haver esta troca de conhecimentos é necessário que haja mais consciência dos magistrados de que existem estes factores, e maior abertura dos tribunais à colaboração com a investigação científica. Agra e colaboradores (2015) refere que para o sistema judiciário seria vantajoso o esclarecimento sobre fenómeno criminal, valorizando a investigação na formação dos decisores. Tal como internacionalmente já acontece, sendo a

associação Campbell Corporation um exemplo desta junção entre profissionais de justiça cujo objectivo é a prevenção criminal com base na ciência do crime. O que não acontece em Portugal.

Referências Bibliográficas

- Agra, C., Quintas, J. Sousa, P., & Leite, A.L. (2015). *Homicídios conjugais. Estudo avaliativo das decisões judiciais*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Agulhas, R., & Anciães, A. (2014). *Casos Práticos em Psicologia Forense*. Editora: Edições Sílabo
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of Mental Disorders* (5^a ed.). Washington D.C.: American Psychiatric Publishing.
- Blackburn, R. (2006). Relações entre psicologia e direito. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 25-49). Coimbra: Almedina.
- Braga, J., Ferreira, L. & Garcia-Marquez, L. (2012), “Cognição Social Fora do Laboratório Não é Peixe Fora de Água: O Caso do Efeito de Ancoragem” in *Psicologia*, Vol. 26, Edições Colibri, pp. 141-166, Lisboa.
- Braga, T. (2013). *Comportamentos antissociais juvenis: Indicadores e formas de manifestação*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Braga, T., & Matos, M. (2007). Crimes sexuais: Agravantes e atenuantes na determinação da medida da pena. *Revista do CEJ*, 7, 141-164.
- Braman, E. (2004) Motivated reasoning in legal decision-making. Tese de doutoramento. The Ohio State University
- Braman, E. (2010). Searching for constraint in legal decision making. In D. Klein & G. Mitchell (Eds.), *The psychology of judicial decision making* (pp. 203-217). New York: Oxford University Press.
- Braman, E. (2012). Embracing complexity in law courts: A psychological approach. *Law and Courts*, 22(3), 18-23.
- Bornstein, B. H., & Greene, E. (2011). Jury Decision Making: Implications for and from Psychology. *Current Directions in Psychological Science*, 20, 1, p.63-67.
- Botelho, M., Conde, R. & Gonçalves, R. A. (2014). A decisão judicial: a sub(ob)jectividade dos discursos legais. Não publicado.
- Botelho, M., & Gonçalves, R. A. (2012). Cada cabeça sua sentença: breve reflexão teórica acerca das decisões judiciais. *Revista do Ministério Público*, 130, (pp.125-140).
- Botelho, M. & Gonçalves, R.A. (2015). Why do people kill? A critical review of the literature on factors associated with homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 26, 9-15.
- Blair, R. J. R. (2010). Neuroimaging of psychopathy and antisocial behavior: a target review. *Current psychiatry reports*, 12, 76-82.

- Blair, R. J. R., & Cipolotti, L. (2000). Impaired social response reversal – a case of “acquired sociopathy”. *Brain*, 123, 1122-1141.
- Bursik, R. J. Jr. (1988). Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects. *Criminology*, 26, 516-552.
- Cardia, N., Adorno, S., & Poletto, F. (2003). Homicídios e violação dos direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17, 43-73.
- Carmo, R. (2005). A prova pericial: Enquadramento legal. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 33-54). Coimbra: Quarteto.
- Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2006). O abuso sexual de menores. Uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Castro-Rodrigues, A., & Sacau, A. 2011. A cidadania e a (des)identificação dos cidadãos com a justiça – um contributo da Psicologia, *Antropológicas*, 12: 32 - 37.
- Castro-Rodrigues, A., & Sacau, A. 2012. La influencia del género en las decisiones de los tribunales: del paternalismo judicial a los papeles familiares. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Cerqueira, Daniel, & Lobão, Waldir. (2004). Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados*, 47(2), 233-269. Retirado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000200002>
- Chamlin, M. B., & Cochran, J. K. (2005). Ascribed inequality and homicide in modern societies. *Homicide Studies*, 9, 3-29.
- Coontz, P. (2000). Gender and Judicial Decisions: do female judges decide cases differently than male judges? *Gender Issues* (pp. 60-73)
- Código Penal Português. Obtido de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulo.php?ficha=101&artigo_id=&nid=109&pagina=2&tabela=leis&nversao=&so_miolo=
- Cunliffe, E. (2014). Judging, fast and slow: using decision-making theory to explore judicial fact determination. *The International Journal of Evidence & Proof*, 18(2), 139-180.
- Curry, T. R., Lee, G., & Rodriguez, S. F. (2004). Does victim gender increase sentence severity? Further explorations of gender dynamics and sentencing outcomes. *Crime & Delinquency*, 50(3), 319-343.
- Dicataldo, F., & Everett, M. (2008). Distinguishing juvenile homicide from violent offending. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52, 158-174.
- Durkheim, E. (1969). Deux lois de l'évolution pénale. *Journal Sociologique*, 245-273.

- Faria, A. (2011). Perícias forenses de agressores conjugais: Caracterização e impacto nas sentenças judiciais (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- Fariña, F., Arce, R. & Novo, M. (2003) Anchoring in judicial decision-making. *Psychology in Spain*, Vol. 7, 1, 56-65
- Farrington, D. P., Loeber, R & Berg, M. (2012). Young men who kill: a prospective longitudinal examination from childhood. *Homicide Studies*, 16, pp. 99-128.
- Feigenson N. (2010). Emotional influences on judgments of legal blame: How they happen, whether they should, and what to do about it. In Bornstein B.H., Wiener R.L. (Eds.), *Emotion and the law: Psychological perspectives* (pp. 45–96). New York, NY:Springer.
- Filley, C. M., Price, B. H., Nell, V., Antoinette, T., & Morgan, A. S. (2001). Toward an understanding of violence. Neurobehavioral aspects of unwarranted physical aggression – Aspen Neurobehavioral Conference Consensus Statement. *Neuropsychiatry, Neuropsychology and Behavioral Neurology*, 14, 1-14.
- Flick, U. (2002). Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor.
- Giancola, P. R. (2013). Alcohol and aggression: theories and mechanisms. In M. McMurrin (Ed.), *Alcohol-related violence: Prevention and Treatment* (pp. 37-59). Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Giancola, P. R., & Zeichner, A. (1994). Neuropsychological performance on tests of frontal-lobe functioning and aggressive behavior in men. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 832-835.
- Global study on homicide. Trends. Contexts. Data. Obtido de: http://www.undoc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf (2013)
- Gonçalves, R. A. (2008). Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão (3a edição). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise Psicológica*, 1, 28, 107-115.
- Grossman, Joel B. 1966. Social Backgrounds and Judicial Decision-Making. *Harvard Law Review* 79:1551-64.
- Henriques, I., & Pais, L. (2006). “Compreender como os magistrados compreendem: Um estudo de tomada de decisão jurídico-judicial. In *Actas da IX Conferência Internacional de Psicologia: Formas e Contextos* (pp. 881-889). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Hiroze, J. (1979). Depression and homicide: A psychiatric and forensic study of four cases. *Acta*

Psychiatrica Scandinavica, 59, 211-217.

- Khalil, A. (2010). *Processo decisório judicial à luz dos tipos psicológicos de Carl Gustav Jung*. (Dissertação Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lopes, M. (2014). *Motivações ajurídicas do sentenciar na decisão judicial: qual a sua influência?*. (Dissertação de mestrado) Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Louceiro, A. F. (2008). *Estudo exploratório para a definição de uma tipologia do comportamento criminal no homicídio*. Lisboa: ISCTE
- Magalhães, A. S. M. (2013). *Racionalidade Limitada na Tomada de Decisão- O Efeito de Ancoragem na Avaliação de Curricula Vitae: Um Estudo Experimental*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Serviços
- Manita, C., & Machado, C. (2012). A Psicologia Forense em Portugal – novos rumos na consolidação da relação com o sistema de justiça. *Análise Psicológica*, 30, 1/2, 15- 32.
- Martinho, G. (2011). *Crimes sexuais contra mulheres adultas: Da avaliação forense à decisão judicial*. Tese de Mestrado em Psicologia da Justiça da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Portugal.
- Martins, A. (2012). *Decisão judicial de processos-crime de abuso sexual de crianças: valoração das perícias psicológicas forenses*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
- Mendes, S. (1997). *Análise económica do crime e o seu contributo para a definição de uma política penal*. Dissertação de mestrado. Universidade Do Minho: Braga
- Messner, S. F (1982). Merton's social structure and anomie: The road not taken. *Deviant Behavior*, 9, 33-53.
- Miles, C. (2012). Intoxication and homicide. *British Journal of Criminology*, 52, 870-888.
- Moffitt, T. E. (1993). Life-course persistent and adolescent-limited antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Harrington, H., & Milne, B. J. (2002). Males on the life-course persistent and adolescence limited antisocial pathways: follow up at 26 years. *Deviant Psychopathology*, 14, 179-207.
- Morenoff, J. D., Sampson, R. J., & Rondenbush, S. W. (2001). Neighborhood inequality, collective efficacy and spatial dynamics of urban violence. *Criminology*, 42, 517-559.
- Parente, C., & Manita, C. (2010). Tomada de decisão judicial na regulação do exercício das responsabilidades parentais: Estudo exploratório sobre algumas variáveis que a podem influenciar. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 357-

3367).

- Pertursson, H., & Gudjonsson, G. H. (1981). Psychiatric aspects of homicide. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 64, 364-372.
- Pontius, A. A., & Yudowitz, B. S. (1980). Frontal lobe system dysfunction in some criminal actions as shown in the narratives test. *Journal Nervous Mental Disease*, 168, 111-117.
- Posner, A. (2008). *How judges think*. Cambridge: Harvard University Press
- Raine, A. (2013). *The anatomy of violence: the biological roots of crime*. New York: Random House.
- Rainho, L. (2008). Homicídios em Portugal, contributo para o estudo do crime violento. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: ISCTE.
- Rodrigues, A. (2013). *O processo de tomada de decisão sentencial: Análise de fatores implicados na concretização do Direito penal* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Sampson, R. J. (2008). Rethinking time and immigration. *Contexts*, 7, 28-33.
- Schubert, Glendon. 1962. The 1960 Term of the Supreme Court. *American Political Science Review* 56:90-107.
- Schuster, M. L., & Prosen, A. (2010) . Degrees of Emotion: Judicial Responses to Victim Impact Statements. *Law, Culture and the Humanities* 6(1) 75–104
- Shumaker, D. M., & Prinz, R. J. (2000). Children who murder. A review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 3, 97-115.
- Simon, H. (1955), “A behavioral model of rational choice”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 69, N° 1, pp. 99-118.
- Sousa, E. (1992). O tratamento da informação na sentença judicial - O caso das crianças maltratadas. *Sociologia - problemas e práticas*, 12, p.41 - 55.
- Sousa, E., Mateus, F., & Lopes, P. (1993). Decisões em matéria penal: o caso da violação e o peso das variáveis extra legais. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 12: 141-57.
- Tversky A and Kahneman D (1974) Judgment under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, 185(4157): 1124-1131.
- Ulmer, S. Sidney. 1960. Supreme Court Behavior and Civil Rights. *Western Political Quarterly* 13:288-311.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Vidmar, N. (2011). The psychology of trial judging. *Current Directions in Psychological Science*,

20(1), 58-62.

- Wang, X., Mears, D. P., Spohn C., & Dario, L. (2013) Assessing the Differential Effects of Race and Ethnicity on Sentence Outcomes Under Different Sentencing Systems. *Crime & Delinquency*, 59 (1) p.87-114.
- Wiener, R., Bornstein, B., & Voss, A. (2006). Emotion and the law: A framework for inquiry. *Law and Human Behavior*, 30, p.231–248.
- Yang, Y., Raine, A., Lencz, T., Bihrlé, S., Lacasse, L., & Coletti P. (2008). Volume reduction in prefrontal gray matter in unsuccessful criminal psychopaths. *Biological Psychiatry*, 53, 1103-1108.